

Já há provas contra 6 anos

Todos os integrantes da CPI da máfia do Orçamento são unâimes em dizer que a manipulação das provas encontradas está ainda apenas no começo. Agora é que cheques, emendas e subvenções sociais começarão a receber uma análise mais profunda com o cruzamento de dados nos computadores do Centro de Processamento de Dados do Senado. Do pouco que já viram, porém, os integrantes da CPI já não têm mais dúvida do envolvimento de pelo menos seis dos sete anos do Orçamento: João Alves, o "mestre", e mais Genebaldo Correia, Cid Carvalho, José Geraldo Ribeiro, José Carlos Vasconcelos e Manoel Moreira. O deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) e o suplente de deputado Féres Náder (PTB-RJ) também estão bem complicados, pelo que receberam em subvenções sociais. Contra o deputado Sérgio Guerra (PSB-PE), surgem graves indícios. A seguir, o que a CPI obteve contra cada um deles

□ **João Alves (PPR-BA)** — Dos Sete anos, é o "mestre". Centralizou todo o esquema de corrupção no Orçamento. Era a partir dele que se distribuíam as propinas. A análise das contas bancárias do deputado revela um surpreendente e inexplicável saldo bancário de mais de 3 milhões de dólares. Os parlamentares da CPI já têm indícios de que das contas de João Alves saíam as propinas para os demais anos. Há indícios também de falsidade ideológica: acredita-se que era o próprio deputado quem assinava os cheques da conta de sua empregada, Noêmia Neves, a "preta velha" mencionada pelo economista José Carlos Alves dos Santos em seu depoimento.

□ **Genebaldo Correia (PMDB-BA)** — Até a semana passada, boa parte dos parlamentares no Congresso acreditava que o líder do PMDB na Câmara poderia safar-se das acusações de ser membro ativo da máfia do Orçamento. Os integrantes da Subcomissão de Bancos da CPI do Orçamento começaram, então, a abrir as contas bancárias dos acusados por José Carlos dos Santos. E o envolvimento de Genebaldo começou a se revelar. O deputado recebia cheques de João Alves e, em alguns casos, repassou-os para o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS).

□ **Cid Carvalho (PMDB-MA)** — Foi o depoimento mais desastroso da CPI até agora. Pego de surpresa em vários momen-

tos, o deputado Cid Carvalho não tinha explicações para a quase totalidade das provas apresentadas pela CPI contra ele. Cid recebeu pelo menos dois cheques de João Alves. Atua também no esquema das subvenções sociais: conseguiu que a Fundeco, uma instituição social administrada pelo seu chefe de gabinete, Paulo Rodrigues, recebesse recurso do Orçamento antes mesmo de ser fundada.

□ **José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG)** — Há quem acredite que a CPI poderá encontrar contra José Geraldo fatos mais graves até do que aqueles que envolvem João Alves. Também recebeu cheques de João Alves. Dono de duas construtoras, Engebrás e Engesolo, parece atuar diretamente no esquema das empreiteiras. Daquilo que a CPI já localizou, José Geraldo complica-se mesmo é com o esquema de subvenções sociais. É dono de três instituições sociais fantasmas.

□ **José Carlos Vasconcelos (PRN-PE)** — Também recebeu cheques de João Alves. Parece estar envolvido também com o esquema das empreiteiras. Contra ele, há um documento considerado da maior gravidade pelos integrantes da CPI. Trata-se de uma relação de obras que ele acatou em seu relatório, como sub-relator do Fundo Nacional de Desenvolvimento em 1991.

□ **Manoel Moreira (PMDB-SP)** — Além de ter recebido cheques de João Alves, Manoel Moreira complicou-se com o depoimento de sua ex-mulher, Marinalva. Teve um enriquecimento que a sua renda é incapaz de explicar e que Marinalva garante ter origem na corrupção.

□ **Fábio Raunheitti (PTB-RJ) e Féres Náder (PTB-RJ)** — O deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), relator do Orçamento, é um dos mais impressionados com a ação do deputado e do suplente no esquema da subvenções sociais. As instituições ligadas aos dois (colégios, faculdades e ordens evangélicas na Baixada Fluminense) receberam 1,5 milhão de dólares em 1991, mais do que todo o estado de Pernambuco.

□ **Sérgio Guerra (PSB-PE)** — Há dois documentos encontrados pela CPI que envolvem o deputado Sérgio Guerra. São duas listagens de emendas que entraram no Orçamento de 1991 depois de aprovado. No alto das duas listagens, está o nome de Sérgio Guerra como interessado.